

ARQUEOLOGIA EN EL ENTORNO DEL BAJO GUADIANA

ACTAS DEL ENCUENTRO INTERNACIONAL
DE ARQUEOLOGIA DEL SUROESTE



EDITORES:

JUAN M. CAMPOS
J. AURELIO PÉREZ
FRANCISCO GÓMEZ

HUELVA, 1994

Reservados todos los derechos. Ni la totalidad ni parte de este libro puede producirse o transmitirse por ningún procedimiento electrónico o mecánico incluyendo fotocopia, grabación magnética o cualquier almacenamiento de información y sistema de recuperación sin permiso escrito de los autores.

Motivo de la portada:

Puente romano de Niebla, según C. Fernández Casado: Puentes romanos en España. Madrid, 1973.

FICHA TÉCNICA

DENOMINACION:

ENCUENTRO INTERNACIONAL DE ARQUEOLOGIA DEL SUROESTE

LUGAR Y FECHA DE CELEBRACION:

Huelva y Niebla, 25 a 27 de febrero de 1993.

ORGANIZA:

- GRUPO DE INVESTIGACION ARQUEOLOGICA DEL PATRIMONIO DEL SUROESTE Nº 5272 DEL P.A.I. (*Universidad de Huelva*)
- CAMPO ARQUEOLOGICO DE MERTOLA

PATROCINAN EL ENCUENTRO:

- CONSEJERIA DE EDUCACION. DIRECCION GENERAL DE UNIVERSIDADES. *Junta de Andalucía*
- UNIVERSIDAD DE SEVILLA
Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (Huelva)

PATROCINAN LA EDICION:

- CONSEJERIA DE EDUCACION. DIRECCION GENERAL DE UNIVERSIDADES. *Junta de Andalucía*
- UNIVERSIDAD DE HUELVA

COLABORAN:

- DEPARTAMENTO DE PREHISTORIA Y ARQUEOLOGIA DE LA UNIVERSIDAD DE SEVILLA
- DELEGACION PROVINCIAL DE CULTURA Y MEDIO AMBIENTE DE HUELVA. *Junta de Andalucía*

SECRETARIA CIENTIFICA Y DE ORGANIZACION:

- JUAN M. CAMPOS CARRASCO
- J. AURELIO PEREZ MACIAS
- FRANCISCO GOMEZ TOSCANO
(Por el Grupo de Investigación "Arqueología del Patrimonio del Suroeste")

- CLAUDIO TORRES
- MIGUEL REGO
- SANTIAGO MACIAS
(Por el Campo Arqueológico de Mértola)

EDITA: GRUPO DE INVESTIGACION ARQUEOLOGICA DEL PATRIMONIO DEL SUROESTE. UNIVERSIDAD DE HUELVA (Nº 5272 DEL PLAN ANDALUZ DE INVESTIGACIÓN. JUNTA DE ANDALUCÍA).

- © **Juan M. Campos, J. Aurelio Pérez y Francisco Gómez (Eds.).**
- © **De los textos, sus autores.**

Impreso en España. Printed in Spain.

I.S.B.N.: 84-604-9615-5.

Depósito Legal: SE: 940-94.

Imprime: Librería Andaluza. Núcleo de San Cristóbal, local 8. 41013-Sevilla.

"Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana"
Huelva, 1994. Págs. 673-705

ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO CASTELO DE MOURA PRIMEIROS RESULTADOS

Santiago Macias
Campo Arqueológico de Mértola*

RESUMO

As escavações arqueológicas no Castelo de Moura (iniciadas em 1980 por Jorge Pinho Monteiro e interrompidas no ano seguinte) foram retomadas em 1989, tendo-se realizado duas campanhas de trabalhos.

Estas últimas intervenções, que se encontram suspensas pela autarquia desde 1991, proporcionaram uma primeira leitura de um conjunto de estruturas, possivelmente pertencentes ao aquartelamento militar que nos séculos XVII e XVIII esteve instalado nesta zona do Castelo.

As sondagens realizadas forneceram ainda elementos que permitem uma nova leitura dos muros da alcáçova, através da identificação das suas sucessivas reconstruções.

PALAVRAS-CHAVE:

Arqueologia Moderna; Moura; Castelo.

* Desenhos de Carlos Rico

INTRODUÇÃO

Moura localiza-se na margem esquerda do Guadiana, estando distanciada cerca de 4 km deste rio (fig. 1). O ponto mais alto da cidade, situada entre as ribeiras da Roda e de Brenhas, é ocupado pelo seu castelo, da qual constituiu o primeiro núcleo de povoamento e cujos territórios em volta domina na perfeição, em virtude da sua localização estratégica. A cota de terreno no interior da fortificação ronda os 200 metros acima do nível do mar, sendo os declives em torno da fortaleza bastante acentuados entre Norte e Sueste, atingindo-se nessas zonas cotas inferiores a 100 metros. Nos terrenos a Sul do castelo e contíguos a este desenvolver-se-ia o povoado medieval pós-reconquista (fig. 2).

O castelo (38 08' 29" Latitude Norte e 07 27' 00" Longitude Oeste) tem um comprimento máximo de 200 metros, atingindo no seu ponto mais largo os 120 metros. Este espaço geometricamente irregular corresponde, sensivelmente, a uma área com 23000 m² (fig. 3).

A fortificação dispunha de excelentes condições naturais de defesa, não só pela sua localização como também devido à presença de várias fontes de água permanentes no seu interior, as quais supriam as necessidades de abastecimento do povoado. Tal facto, pouco vulgar numa região marcada por prolongados períodos de estiagem (e com uma média de precipitação anual que não ultrapassa os 600 mm), mereceu a referência dos escritores e cartógrafos que de Moura se ocuparam, desde Duarte Darmas, nos inícios do século XVI, até ao Conde de Lippe, nos finais do século XVIII⁽¹⁾.

Os materiais arqueológicos recolhidos até hoje no Castelo de Moura e nas suas imediações têm sido fruto de recolhas ocasionais, não permitindo o seu estudo a apresentação de conclusões definitivas ou a elaboração de sínteses suficientemente sólidas. Os materiais das escavações realizadas por Jorge Pinho Monteiro e outros arqueólogos em 1980 e 1981 estão ainda, e a despeito da sua importância, inéditos. Por outro lado, as campanhas que ali efectuámos em 1989 e 1990 - e que se encontram interrompidas, por decisão da autarquia, desde essa altura - não permitiram mais que o aflorar de alguns problemas, apenas passíveis de aprofundamento com a continuação de escavações arqueológicas levadas a cabo de forma sistemática.

As sondagens realizadas por Pinho Monteiro e as investigações que ao longo dos últimos anos temos realizado sobre o Castelo de Moura, permitem-nos constatar a presença das seguintes situações:

1. A existência de uma importante ocupação do local a partir da 1ª Idade do Ferro, a qual assume particular relevo na 2ª Idade do Ferro. Embora esse período continue cheio de interrogações, a riqueza da região de Moura ao longo de todo o primeiro milénio antes de Cristo não deixa margem para dúvidas⁽²⁾.

1. Cf. a esse respeito: Almeida, 1943; Pimentel, 1680: 324; Paschoal, fl. 15v e GEAEM, 3042/2-21A-105.

2. Gamito, 1990.

2. A presença de importantes vestígios dos períodos romano e paleocristão, níveis que Pinho Monteiro assinala na sua escavação e que estão abundantemente comprovados em toda a epigrafia e fragmentos arquitectónicos recolhidos em Moura e nas suas imediações⁽³⁾.

3. Uma notável ocupação islâmica, perceptível na riqueza dos materiais recolhidos (ainda que fora de contexto) e na abundância e importância das fontes epigráficas do local.

4. A importância da alcáçova cristã, a qual terá sofrido em princípios do século XVI uma importante campanha de obras⁽⁴⁾.

5. O interesse histórico e arqueológico das ocupações seiscentista e setecentista, após a qual o Castelo entra num período de acentuada decadência, culminada já no decorrer deste século com o abandono de toda a zona como espaço habitacional.

A ocupação ininterrupta do sítio, ao longo de vários milénios, teve reflexos directos na estratégia de intervenção adoptada. Procurámos, assim, alargar a área de escavação, de modo a obter leituras amplas e coerentes das distintas fases de ocupação da alcáçova. O processo, iniciado com o estudo dos contextos correspondentes ao período moderno, deveria ser prolongado, com o desmonte dos sucessivos níveis, até à análise do sítio na Pré e Proto-História.

Pretendia-se com a intervenção arqueológica no Castelo de Moura esboçar, numa primeira fase, uma perspectiva diacrónica da ocupação do local entre a Idade Média e o século XX, trabalho a alargar posteriormente aos períodos romano e pré-romano. (*)

A interrupção unilateral do projecto por parte da Câmara de Moura não permitiu, porém, mais do que uma primeira exploração nos últimos níveis de ocupação moderna da alcáçova. É desse trabalho que aqui apresentamos uma breve proposta de interpretação.

1. O CASTELO NO PERÍODO MODERNO: FONTES ESCRITAS E CARTOGRÁFICAS

O período que se seguiu a 1640 foi marcado por uma série de lutas, que se fizeram sentir de forma mais intensa no Sul de Portugal e das quais viria a depender o futuro da independência de Portugal.

A evolução da Guerra da Restauração, bem como o palco das principais batalhas (o Alto Alentejo), indicam de forma clara o início da decadência da im-

* A segunda fase implicaria o prosseguimento da intervenção às épocas mais antigas da ocupação do Castelo.

3. Macias, 1990.

4. Não se pode, no entanto, descartar a hipótese de ter existido no local (e a partir do século XIV) uma primitiva alcáçova, refeita no tempo de D. Manuel.

portância militar da margem esquerda do Guadiana, que na Idade Média desempenhara papel de certo relevo.

Na zona de Moura, a primeira intervenção no âmbito da arquitectura militar neste período data de 1645 e diz respeito a uma ordem dada a João Cosmader para que povoasse e fortificasse a aldeia de Santo Aleixo, situada a cerca de 20 km a Leste de Moura, de forma que esta povoação servisse de ante-paro à praça de Moura⁽⁵⁾.

Moura não terá, no entanto, sofrido durante os primeiros anos da Guerra da Restauração obras na sua fortificação. Estas terão apenas sido iniciadas em 1657⁽⁶⁾, quando o conflito parecia eternizar-se e as muralhas medievais se mostravam ineficazes para a defesa da vila.

Em Janeiro de 1655, André de Albuquerque, que governava as armas do Alentejo, ordenara a Nicolau de Langres que estudasse a forma de fazer em Moura uma nova fortificação. Nicolau de Langres trabalha em Moura no Verão de 1657, de forma quase simultânea com outro arquitecto francês, Carlos Lassart⁽⁷⁾.

O ponto de discussão em torno das fortificações parecia então concentrar-se na necessidade de derrubar grande parte dos bairros limítrofes da vila para se poderem construir as novas muralhas, a edificar segundo os cânones da moderna arquitectura militar.

Sabemos ainda que na segunda metade do século XVII um grande número de arquitectos trabalha em Moura ou é responsável directo pelas obras na praça: Pierre de Sainte Colombe em 1658 e 1660⁽⁸⁾, João de Selincourt Sacquerpe em 1662⁽⁹⁾, André Fialho em 1664 e Sebastião da Silva em 1665⁽¹⁰⁾, Francisco Pimentel em 1689⁽¹¹⁾ e Pedro Correia Rebello em 1692⁽¹²⁾.

Tais obras operaram, como é natural, consideráveis alterações na malha urbana da vila, à semelhança do que aconteceu um pouco por toda a parte na mesma época. Embora o projecto inicial de Nicolau de Langres não tenha sido cumprido na totalidade - de forma a evitar a massiva destruição de casas que o plano original preconizava - as demolições foram, ainda assim, significativas: "para se dar a primeira forma à nova fortificação que se intentava fazer para defesa da praça, para ficar o cinto mais cingido e defensável, se demoliram 600 moradas de casas, muitos lagares de azeite e hortas"⁽¹³⁾.

5. Sepúlveda, 1923: 48 e 73.

6. Matos, 1941: 59 e 100.

7. Sepúlveda, 1926: 306 e 325-326.

8. Sepúlveda, 1929: 85 e 93-94.

9. Sepúlveda, 1902: 73-74.

10. Sepúlveda, 1919: 602.

11. Sepúlveda, 1919: 384-386.

12. Sepúlveda, 1919: 438-440.

13. Cabra, *História...*, fol. 4.

A fortificação moderna de Moura era, na altura em que foi concluída - por volta de 1660 -, uma praça com 5 baluartes e 3 meio-baluartes, 8 revelins, 4 portas, contra-escarpa, estrada coberta e esplanada.

Povoação de difícil conquista na Idade Média, dadas as privilegiadas condições disfrutadas pela acrópole, tornou-se, porém, extremamente vulnerável com o crescimento dos arrabaldes - em especial no século XV - e, sobretudo, com o aparecimento da artilharia no cerco às povoações.

Na construção das novas muralhas os engenheiros tiveram de entrar em linha de conta com estes condicionalismos, como veremos adiante, mas não conseguiram resolver as dificuldades criadas pela implantação topográfica dos novos bairros da vila. Podemos ler num relatório do final do século XVIII: "esta praça pela sua posição tem defeitos irremediáveis porque da parte do nascente pelo meio dia até ao poente he comandada debaixo do ponto em branco d'artilharia"⁽¹⁴⁾. Esse facto tornava boa parte dos bairros de Moura alvo fácil para peças de artilharia, desde as mais ligeiras - com um alcance entre 400 e 500 metros - às mais pesadas, que atingiam os 700 metros de distância⁽¹⁵⁾.

A construção de obras exteriores, como o forte de Pedro Massa, situado a Oeste da fortificação - onde hoje se localiza o Bairro da Salúquia -, não contribuiria de forma significativa para minorar o problema.

O Castelo manteve, ao longo deste período (e pelo menos até meados do século XVIII) uma certa importância estratégica.

Um texto de finais do século XVIII menciona a existência de vários aquartelamentos na vila, para além da presença do edifício dos Quartéis. São, designadamente, referidos dois locais de alojamento no castelo, inteiramente arruinados, com capacidade para 30 e 24 soldados, respectivamente⁽¹⁶⁾.

Um documento redigido no final do século XVIII fornece-nos mais alguns dados em relação à antiga fortaleza medieval: "o castello (...) tem huma alpendrada para 100 reparos de artilharia munto aruinada: á huma casa com 3 forges, que serve de armazem de armas; na torre de menagem á huma grande casa que serve de armazem de armas. No grande castello⁽¹⁷⁾ á hum armazem de 9 cazas inteiramente aruinado"⁽¹⁸⁾.

O castelo medieval servia de complemento a todo este sistema, não tendo, na época, perdido completamente as suas funções: servia não só de armazém de munições e peças de artilharia - de onde se conservou o nome no topónimo Rua do Trem - como o espaço da antiga alcáçova era usado como local de exercício dos soldados e onde o corpos de guarda eram divididos⁽¹⁹⁾.

14. AHM, 3ª Diviso, 9ª Secção, Cx. 82, B 19, fol. 1v.

15. Vigon, 1947: 234.

16. AHM, 3ª Diviso, 9ª Secção, Cx. 82, B 18, fol. 1v.

17. Zona intra-muros fora da alcáçova.

18. AHM, 3ª Diviso, 9ª Secção, Cx. 82, B 18, fol. 1v.

19. GEAEM, 3044-21-30.

O aproveitamento que foi feito do local estava dentro das normas dos trabalhos de arquitectura militar da época, que consideravam que o melhor local para a cidadela era o ângulo do polígono interior da praça, no local mais alto que houvesse⁽²⁰⁾.

2. SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS EM 1989 E 1990

Os trabalhos nesta estação arqueológica foram retomados em Agosto de 1989, quase uma década após a realização da última campanha de escavações efectuada naquele local.

Conhecida que era, pelo menos de forma esquemática, a estratigrafia de ocupação do Castelo de Moura desde os trabalhos aí realizados por Jorge Pinho Monteiro⁽²¹⁾, não foi difícil realizar uma primeira intervenção nos níveis referentes às ocupações mais recentes da alcáçova.

Procurou-se então entender a lógica dessas ocupações (as quais corresponderam à sua última fase como espaço militar), tendo-se tomado como opção base de trabalho o alargamento da área de escavação a partir da estratigrafia revelada pelas sondagens efectuadas em 1980/81. O alargamento da área de escavação nesses estratos permitiu-nos a leitura de algumas estruturas, cuja cronologia não pôde, em rigor, ser afinada, mas que correspondem às ocupações pós-medievais da alcáçova do Castelo de Moura (figs. 4 e 5).

Os trabalhos realizados permitem-nos, também, propôr uma primeira estratigrafia do local para o Período Moderno, durante o qual se identificam, em síntese, três fases⁽²²⁾: a mais antiga situável entre os inícios do século XVI e que se poderá ter prolongado até à época da Restauração; um período intermédio, contemporâneo da ocupação do sítio como espaço militar, e que se estende até aos inícios de Oitocentos; finalmente, uma fase mais recente (e curiosamente pior conhecida), na qual é identificável o começo do abandono do local.

Do ponto de vista arqueológico é possível, de forma sintética, fazer a seguinte descrição:

Fase 1 - São hoje identificáveis, na área escavada por Pinho Monteiro, alguns dos muros que terão provavelmente pertencido às "casas sobradadas" a que alude a planta de Duarte Darmas, desenhada nos inícios do século XVI. Essas estruturas organizam-se de forma paralela à muralha da alcáçova e permitem identificar aquilo que terá sido um compartimento de boas dimensões: 7,20 metros de comprimento por 4,5 metros de largura. Uma parede, de pedra bem argamassada e com 0,60 m de espessura, separa este espaço do exterior. Nessa

20. Pimentel, 1680: 326.

21. Monteiro, 1980: 9-10.

22. Uma análise mais rigorosa destes níveis será apenas possível com a continuação dos trabalhos arqueológicos.

estrutura rasgava-se uma janela com 1,40 metros de comprimento e na qual se identifica um pequeno ressalto com 0,30 m.

A divisão escavada dá acesso a uma outra (incompletamente sondada) através de uma porta com um pé-direito de 1,80 m e 0,65 m de vão. A porta era rematada por um arco abatido (com um lintel de grandes tijoleiras em cutelo) e tinha ombreira - de tijoleiras chanfradas - e uma soleira de mármore. A semelhança entre este tipo de estruturas e as casas descritas por Duarte Darmas permite-nos supôr que estaremos em presença das habitações quinhentistas da alcáçova (figs. 6 e 7).

Fase 2 - A realização de uma nova campanha de obras parece ter ocorrido apenas após a Restauração, altura em que o Castelo conhece uma renovada militarização.

A escavação que realizámos permitiu, por seu turno, a identificação de um conjunto de estruturas que terão provavelmente pertencido ao aquartelamento que a partir de meados do século XVII ficou instalado no local. Do ponto de vista estratigráfico esta ocupação parece-nos atestada pelo facto de se encontrar numa cota superior às estruturas habitacionais quinhentistas (às quais se sobre põe). Reforça tal hipótese a intromissão sofrida pelas estruturas do aquartelamento pelas obras realizadas no século XIX, constatação que nos fornece um período que oscila entre 150 a 200 anos para datar este estrato.

Os trabalhos arqueológicos permitiram a exumação de um complexo de estruturas e pavimentos que, pensamos, deverão pertencer à última ocupação castrense do Castelo de Moura:

1. Um "pátio" com 20 x 10,5 metros (mais de 200 metros quadrados), delimitado por três muros e pavimentado com tijoleiras junto ao seu limite Norte, poderá corresponder à área mencionada nos mapas da época como local para treino das tropas ou terá pertencido a um telheiro ou zona de trabalho semi-pública⁽²³⁾. É-nos difícil, sem a continuação de um trabalho em área e a definição das dimensões totais deste espaço, determinar de forma precisa a sua funcionalidade.

Este espaço ladrilhado fazia parte de um complexo mais vasto, surgindo em conexão com outras estruturas, que lhe estão inequivocamente ligadas e que passamos a descrever de forma sumária.

2. Assinale-se, em primeiro lugar, um compartimento com pavimento empedrado com cerca de 23 metros quadrados e delimitado por um conjunto de muros argamassados com 0,60 m de espessura. Destas estruturas destacam-se dois pequenos pilares construídos com tijoleiras sobrepostas, os quais constituíam certamente o arranque de algum arco da cobertura⁽²⁴⁾ (fig. 8).

23. Hipoteticamente, estaremos em presença da "alpendroada para reparos de arilharia" que sabemos ter existido no local - cf. nota 18.

24. As evidentes semelhanças com estruturas do mesmo tipo da arquitectura popular levam a pensar num arco de volta perfeita, sobre o qual assentaria o telhado.

O pavimento foi construído com seixos de pequenas dimensões - certamente provenientes de algum dos cursos de água das redondezas - e o que nele mais chama a atenção é o acentuado desnível (0,82 m) existente entre os seus pontos mais alto e mais baixo. Poderá, por esse motivo, tratar-se de uma cavaliçaria, uma vez que a organização do espaço é idêntica a equipamentos do mesmo tipo ainda hoje existentes na arquitectura tradicional de Moura.

Esta área foi, em época não determinada, alvo de uma intervenção que resultou no acrescentamento de um pequeno muro de má qualidade no seu interior, cujas funções desconhecemos.

3. Um sub-compartimento contíguo a este espaço (com pouco mais de 2 metros quadrados) seria possivelmente utilizado como manjedoura.

4. A SE da hipotética cavaliçaria localiza-se uma outra divisão, não sendo ainda possível determinar se é contemporânea dela ou, pelo contrário, se pertence à ocupação oitocentista da alcáçova. Trata-se de um pequeno compartimento, de funções desconhecidas, e com cerca de 9 metros quadrados, onde se identificam um pavimento argamassado e uma soleira de porta (fig. 9).

5. Contíguo a este espaço encontra-se um conjunto de três compartimentos, estando dois deles apenas parcialmente escavados, e sendo visível no outro os restos de um pavimento ladrilhado utilizado como lareira (fig. 10). A cota a que se encontrava esta lareira (186,77) é muito próxima da do possível pátio (186,74), assim como da suposta cavaliçaria (186,84). Embora esse factor não seja, em absoluto, indicador da contemporaneidade das estruturas, a proximidade de técnicas construtivas e a lógica de ocupação da alcáçova como espaço militar ao longo do século XVIII parecem, de facto, apontar nesse sentido.

Fase 3 - O pavimento de tijoleira pertencente ao pátio atrás mencionado foi destruído após o abandono do sítio como espaço militar. Pensamos que tal terá ocorrido na altura em que se construiu no extremo NO da alcáçova o Lagar da Vista Alegre (meados do século XIX). A edificação desse lagar, destinado à produção de azeite (e cujas ruínas são ainda visíveis na zona contígua ao Castelo), motivou certamente a necessidade de uma captação permanente de água, obrigando os seus construtores a procurá-la nas fontes do Castelo.

Essa intromissão parece-nos comprovada, do ponto de vista arqueológico, pela profunda rotura provocada num dos muros do "pátio" (e na canalização que lhe estava adjacente) pela construção de uma estrutura adutora de água, composta por uma canalização e por uma pequena cisterna de cúpula semi-esférica (figs. 4 e 11). A canalização, cuja origem não foi determinada pelos trabalhos, cruza obliquamente o Quadrado 53 (com início em 53.25) e apresenta uma leve inclinação - 0,15 m - na zona até agora escavada.

Toda a área da intervenção arqueológica corresponde a um espaço que sofreu, após o último abandono, um entulhamento generalizado, situação que se reflecte, de forma directa, na extrema heterogeneidade cronológica dos materiais exumados.

A zona do pátio, na qual essa situação é particularmente visível, foi justamente a que forneceu a maior parte dos materiais datáveis com alguma segurança, os quais se situam, segundo supomos, nos séculos XVII e XVIII.

Tal não permite, no entanto, a atribuição de uma cronologia mais rigorosa ao conjunto de edificações que foram escavadas. Julgamos que a elaboração de propostas mais precisas neste âmbito estará, também, dependente da continuação de escavações sistemáticas numa área mais ampla.

3. CRONOLOGIA DA OCUPAÇÃO - ALGUNS DADOS COMPLEMENTARES

A cronologia da ocupação do Castelo de Moura, neste período, pode ser, com relativa facilidade, aferida em função do abandono de Moura enquanto praça militar ocorrido no final do século XVIII.

Outros elementos, no entanto, podem contribuir para um conhecimento mais aprofundado do Castelo de Moura. Parece-nos, assim, interessante avançar alguns dados - obtidos a partir das escavações - em relação à evolução das estruturas militares do sítio; por outro lado, procederemos a uma breve caracterização de alguns materiais exumados durante as intervenções efectuadas.

A muralha da alcáçova

Um dos pontos que reputamos de maior interesse é, precisamente, o do contributo que estas escavações podem vir a dar para a datação das campanhas de obras realizadas no pano de muralha que separa a alcáçova do restante espaço intra-muros.

A primeira grande intervenção que a muralha sofre no período pós-quincentista resulta na construção da escada de acesso à torre. O desenho de Duarte Darmas, feito nos inícios do século XVI, não a assinala, certamente por não ter a mesma sido edificada nessa altura e por não ser procedimento comum que o acesso a essa torre fosse feito de forma directa mas sim através do adarve. Embora de momento nada possa, de forma definitiva, comprovar esta hipótese, é provável que a escada que se adossou ao pano de muralha tenha sido edificada no período pós-Restauração quando o castelo reassume importância militar.

A escavação comprovou ainda que a escada sofreu uma destruição parcial, ocorrida possivelmente na primeira metade do século XVIII e causada pela derrocada parcial do muro da alcáçova.

O derrube de cerca de 3 metros de muralha - e da escada que lhe estava adjacente - pode ter ocorrido, com maior probabilidade, após a invasão do Duque de Ossuna (que teve lugar em 1707), a seguir à qual extensos panos de muralha da fortificação foram destruídos ou durante o terramoto de 1755, particularmente sentido na zona Sul do país.

As marcas da reconstrução empreendida são visíveis tanto ao nível dos alarques - onde uma frágil estrutura de sustentação foi criada para permitir a re-

paração do muro (fig. 12) - como na parte superior da muralha. Detecta-se, neste local, uma dupla situação: por um lado não se reconstruiu o parapeito interior do adarve; por outro, é notório que os três merlões do parapeito exterior são de feitura nitidamente mais recente que os outros desse pano de muralha (fig. 13).

Materiais cerâmicos da escavação

Os materiais susceptíveis de auxiliar a datar as diferentes ocupações desta alcáçova ao longo de todo o Período Moderno foram encontrados, na sua quase totalidade, fora de qualquer contexto arqueológico. Por outro lado, o espólio encontrado em conexão com estratos de abandono pertence, sempre, a exemplares atípicos de formas cerâmicas, cujo fabrico tem lugar, indistintamente, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Esse dado, embora nos confirme, em termos gerais, o que sabemos sobre esta ocupação, não permite qualquer afinação cronológica mais rigorosa.

A grande massa de materiais cerâmicos proveio, por outro lado, da escavação de estratos de abandono, bastante convulsionados por sucessivos entulhamentos, e onde é frequente encontrar materiais pertencentes a ocupações bastante mais antigas⁽²⁵⁾.

Alguns materiais são, no entanto, típicos da Época Moderna parecendo-nos ser de salientar, designadamente:

1) Os pratos e tigelas em faiança com a característica decoração de "rendas" - em azul cobalto ou violeta obtido a partir do manganés -, imitando motivos decorativos da porcelana chinesa e que são comuns neste tipo de estratos arqueológicos (figs. 15, 16 e 17)⁽²⁶⁾.

Exemplares morfológicamente semelhantes foram identificados na Casa dos Bicos⁽²⁷⁾ e no Funchal, tendo-lhes neste último caso sido atribuída uma cronologia que aponta para a primeira metade do século XVII⁽²⁸⁾, altura em que se generaliza o comércio das imitações da porcelana chinesa. Pensa-se que a produção deste tipo de materiais esteja situada em Lisboa ou Coimbra, embora essa hipótese não descarte a possibilidade de produções cerâmicas semelhantes noutros locais.

Uma cronologia paralela (de finais do século XVI ao século XVIII) é proposta por Cunha Serrão para os materiais do Hospital do Espírito Santo em Se-simbra⁽²⁹⁾, os quais apresentam nítidos paralelos com as peças de Moura.

25. A escavação forneceu-nos, por exemplo, uma moeda romana e um fragmento estampilhado do período islâmico, os quais foram encontrados no nível de abandono oitocentista - v. fig. 14.

26. Amaro, 1984: 154-155.

27. Moita, 1987: 31.

28. Gomes et al., 1989: 45.

29. Serrão et., 1988: 169 e figs. 27 e 29.

2) Pequenas tigelas fundas, também decoradas com pinturas azuis geométricas (semi-círculos concêntricos), semelhantes às provenientes da Casa dos Bicos⁽³⁰⁾ e do Hospital Real de Todos-os-Santos (figs. 18 e 19)⁽³¹⁾. A cronologia proposta por Irisalva Moita para estas peças de fabrico nacional (segunda metade do século XVII/primeira metade do século XVIII) adequa-se perfeitamente aos materiais do Castelo de Moura.

3) Cerâmica comum em grande quantidade, com particular incidência nas caçoilas, panelas e potes.

Os problemas de datação de materiais persistem também neste caso: a extrema diversidade de fragmentos cerâmicos está bem patente na presença indistinta de peças de cronologia quinhentista (figs. 20 e 21)⁽³²⁾ com outras bem mais recentes.

A inexistência de paralelos para a maior parte destes materiais leva-nos a deixar para uma fase subsequente da investigação esta parcela do espólio.

Merecem, no entanto, particular destaque:

- * Um fundo de prato, decorado com o escudo real português, de provável cronologia seiscentista (fig. 22). A inclusão de pequenos fragmentos de quartzo leitoso no barro vermelho (tradição ainda hoje presente na região de Nisa) aponta para uma origem oficial alto-alentejana.
- * Dois pratos de perfil carenado (figs. 23 e 24) e uma caçoila (fig. 25), de asa triangular levemente descaída, peças de factura tardia e possivelmente enquadráveis no século XVIII.

4) A escavação forneceu ainda uma apreciável quantidade de fragmentos de cachimbos (perto de três dezenas). Parece provável que a descoberta de tal quantidade de material do mesmo tipo se fique a dever à presença no castelo de um conjunto edificado castrense e onde a concentração de população masculina era evidente. Peças semelhantes são também referenciadas noutras escavações do período moderno - Sesimbra⁽³³⁾, S. Vicente de Fora (Lisboa)⁽³⁴⁾ e Hospital de Todos-os-Santos (Lisboa)⁽³⁵⁾.

Os trabalhos arqueológicos proporcionaram, em todo este conjunto, apenas um forninho, ao qual falta a marca do fabricante. Não é possível, por essa razão, apresentar uma proposta cronológica mais rigorosa em relação a estes materiais (figs. 26 e 27).

30. Moita, 1987: 31.

31. Moita, 1964: 97 e 1965: estampa VI (ns. 58 e 59).

32. V., a este respeito, Boone, 1984 e Torres, 1990.

33. Serrão et al., 1988: 167-168 e figs. 23, 24 e 25.

34. Ferreira, 1983: 28.

35. Martins, 1988: 17-18.

Parece-nos também importante sublinhar que a grande maioria das peças passíveis de atribuição de datação provém da zona do pátio, precisamente a que está mais convulsionada do ponto de vista estratigráfico. Esse espaço forneceu um abundante lote de materiais, cujos exemplares mais significativos se situam cronologicamente, e de forma maioritária, entre a primeira metade do século XVII e os finais do século XVIII. As peças não estão, porém, em correlação directa, com nenhum complexo habitacional ou com qualquer nível de abandono comprovado.

Ao invés, as estruturas mais facilmente enquadráveis do ponto de vista cronológico, e que corresponderão ao possível aquartelamento, forneceram apenas alguns escassos exemplares cerâmicos atípicos de cerâmica comum, os quais pouco acrescentam a uma tentativa de atribuição cronológica minimamente sustentada e credível.

A classificação deste tipo de materiais num leque cronológico que abranje, normalmente, os séculos XVII-XVIII acaba, assim, por os tornar em elementos algo irrelevantes no que se reporta à nossa investigação. Ou seja, a sua classificação indistinta em 200 anos de História não nos ajuda de forma directa a classificar com mais rigor os complexos habitacionais do período moderno do Castelo de Moura.

CONCLUSÃO.

As duas campanhas de escavação realizadas no Castelo de Moura são, como facilmente se calculará, matéria insuficiente para grandes voos interpretativos. É, no entanto, possível avançar alguns dados sobre os cerca de quatro séculos que os estratos arqueológicos do Período Moderno abrangem. Resumiremos, neste ponto, os dados que nos parecem de maior interesse em relação à estratigrafia do local e a alguns materiais encontrados durante a escavação.

O primeiro, de particular relevo, relaciona-se com a determinação dos níveis ocupacionais da alcáçova pós-medieval. Temos, assim, três estratos principais, os quais se ordenam, de forma provisória, da seguinte forma:

1) *Inícios do séc. XVI / meados do séc. XVII*

Estruturas habitacionais identificáveis com as desenhadas no início de Quinhentos por Duarte Darmas, a sua ocupação parece ter-se prolongado até à época da Restauração.

2) *Meados do séc. XVII / finais do séc. XVIII*

A reutilização do Castelo como espaço militar, ocorrida provavelmente nos anos subseqüentes à Restauração, terá levado à construção de aquartelamentos na alcáçova, os quais são ainda referidos por fontes escritas tardias.

A intervenção povocou certamente importantes alterações no local, as quais estão ainda escassamente documentadas, tanto do ponto de vista arqueológico como no que diz respeito à documentação escrita.

3) Sécs. XIX / XX

O abandono do local, coincidente com a definitiva perda de importância militar do Castelo de Moura, encontra-se arqueologicamente documentado e provocou a destruição de parte das estruturas pertencentes ao antigo quartelamento.

Refira-se, enfim, que os trabalhos arqueológicos não fizeram mais que confirmar os dados fornecidos pela documentação escrita. Ou seja, a estratigrafia da escavação segue de forma rigorosa a sucessão de ocupações presentes nos textos modernos.

Os materiais encontrados nas escavações do Castelo de Moura reflectem, de forma directa, as condições específicas de ocupação do sítio. As peças exumadas caracterizam-se, em primeiro lugar, por uma extrema variedade cronológica, embora na área da intervenção predominem (ainda que de forma indiferenciada) as cerâmicas dos séculos XVI a XVIII. As peças de Moura são ainda comparáveis a materiais recolhidos noutras intervenções arqueológicas do Sul de Portugal, sendo de supôr que proviriam das mesmas oficinas (Lisboa ou Alto Alentejo, hipoteticamente).

A maior parte das peças foram exumadas em zonas sem contexto arqueológico, onde se verificaram ao longo de todo o século XIX entulhamentos generalizados. Pelo contrário, as estruturas eventualmente enquadráveis do ponto de vista cronológico tinham apenas associados alguns fragmentos de cerâmica comum de difícil datação. Tal facto impossibilita, de momento, a apresentação de cronologias mais rigorosas para esta ocupação.

ABREVIATURAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.)

Arquivo Histórico de Moura (A.H.M.)

Arquivo Distrital de Beja (A.D.B.)

Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (G.E.A.E.M.)

BIBLIOGRAFIA

FONTES

Manuscritas

- Arquivo Histórico de Moura. Tombo da vila de Moura, vols. I e II.
- Cabral, Luiz d' Almeida. *Historia da notavel villa de Moura* (ms. datado - 1710).
- Paschoal, Diogo Vaz. *Descripção da villa de Moura, suas particularidades e seu termo*.
- Arquivo Histórico-Militar. 3ª Divisão, 9ª Secção, Cx. 82, B 18; 3ª Divisão, 9ª Secção, Cx. 82, B 19.
- Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. Mapa 3042/2-21A-105. Mapa 3044-21-30.

Impressas

- Cordeiro, João, 1854. *Da exploração do salitre em Portugal e com particularidade na villa de Moura*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Meneses, Sebastião, 1889. *Notícia sobre a Contenda de Moura*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Pimentel, Luís Serrão, 1680. *Methodo lusitanico de desenhar as fortificações*, Lisboa, Imp. de António Craecesbeck de Melo
- Sepúlveda, Cristovão Aires de Magalhães, 1902. *História orgânica e política do exército português*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade
- Sepúlveda, Cristovão Aires de Magalhães, 1919. *História orgânica e política do exército português*, vol. VIII, Coimbra, Imprensa da Universidade
- Sepúlveda, Cristovão Aires de Magalhães, 1923. *História orgânica e política do exército português*, vol. IX, Coimbra, Imprensa da Universidade
- Sepúlveda, Cristovão Aires de Magalhães, 1926. *História orgânica e política do exército português*, vol. XIV, Coimbra, Imprensa da Universidade
- Sepúlveda, Cristovão Aires de Magalhães, 1929. *História orgânica e política do exército português*, vol. XVI, Coimbra, Imprensa da Universidade

ESTUDOS

- Almeida, João de, 1943. *Reprodução anotada do livro das fortalezas de Duarte Darnas*, Lisboa, Editorial Império
- Amaro, Clementino, 1982. *Casa dos Bicos - notícia histórico-arqueológica* in "Arqueologia", nº 6, Porto, G.E.A.P., pp. 96-111

- Amaro, Clementino, 1984. *Intervenção arqueológica na Casa dos Bicos* in "Informação Arqueológica", vol. 4, Lisboa, pp. 152-157
- Boone, James, 1984. *Majolica escudillas of the 15th and 16th centuries: a typological analysis of 55 examples from Qsar es-Seghir* in "Historical Archaeology", 18, pp. 76-86
- Cardoso, Guilherme, 1991. *Carta arqueológica do concelho de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais
- Collaço, João Maria Tello de Magalhães, 1931. *Cadastro da população do reino (1527)*, Lisboa
- Dias, Luís Fernando de Carvalho, 1965. *Forais manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve - Entre Tejo e Odiana*, s.l., ed. do autor
- Ferreira, F. E. Rodrigues, 1983. *Escavações do ossário de S. Vicente de Fora* in "Revista Municipal", ano 44, 2ª série, nº 4, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 5-36
- Gamito, Teresa Júdice, 1990. *O concelho de Moura na proto-história* in "Moura na época romana", Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 17-30
- Gomes, Rosa V. et al., 1984. *Cerâmicas importadas, dos séculos XV e XVI, encontradas no poço-cisterna árabe de Silves* in "3º Congresso do Algarve - textos das comunicações", vol. I, pp. 35-44
- Macias, Santiago, 1990. *Fragmentos arquitectónicos tardo-romanos do Museu Municipal de Moura* in "Moura na época romana", Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 85-92
- Martins, Miguel, 1988. *Três cachimbos do hospital de Todos-os-Santos* in "Revista Municipal", ano XLIX, 2ª série, nº 23, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 16-18
- Mattos, Gastão de Mello de, 1941. *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Lisboa, Comissão de História Militar
- Moita, Irisalva, 1964. *Hospital Real de Todos-os-Santos - I* in "Revista Municipal", nº 101-102, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 77-100
- Moita, Irisalva, 1965. *Hospital Real de Todos-os-Santos - II* in "Revista Municipal", nº 104-105, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 26-103
- Moita, Irisalva, s.d.. *Hospital Real de Todos-os-Santos - III* in "Revista Municipal", nº 106-107, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 11-57
- Moita, Irisalva, 1966. *Hospital Real de Todos-os-Santos - IV* in "Revista Municipal", nº 108-109, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 9-55
- Moita, Irisalva, 1966a. *Hospital Real de Todos-os-Santos - V* in "Revista Municipal", nº 110-111, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 42-59
- Moita, Irisalva, 1987. *A Casa dos Bicos - o sítio e o edifício (II)* in "Revista Municipal", ano XLVIII, 2ª série, nº 19, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 15-32

- Monteiro, Jorge Pinho et al., 1980. *Estudo arqueológico do Castelo de Moura - campanha de 1980* (ex. dactilografado dep. na Biblioteca Municipal de Moura)
- Nunes, M. Dias, 1900. *Arte e industrias tradicionaes - a ollaria em Serpa* in "A Tradição", ano II, nº 1, vol. II, pp. 6-9
- Nunes, M. Dias, 1900a. *Arte e industrias tradicionaes - a ollaria em Serpa* in "A Tradição", ano II, nº 11, vol. II, pp. 168-170
- Nunes, M. Dias, 1900b. *Arte e industrias tradicionaes - a ollaria em Serpa* in "A Tradição", ano II, nº 12, vol. II, pp. 187-189
- Serrão, Eduardo da Cunha et al., 1988. *Escavações no antigo hospital do Espírito Santo dos pescadores e mareantes de Sesimbra* in "Arqueologia e História", série X, vol. I-II, Lisboa, 1984-1988, pp. 157-185
- Torres, Cláudio, 1990. *Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa* in "Fours de potiers et 'testares' médiévaux en Méditerranée Occidentale", Madrid, Publictions de la Casa de Velázquez, pp. 131-141
- Vigon, Jorge, 1947. *Historia de la artilleria española*, t. I, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas
- Viterbo, Francisco Sousa, 1899. *Diccionário histórico e documental dos architectos*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional

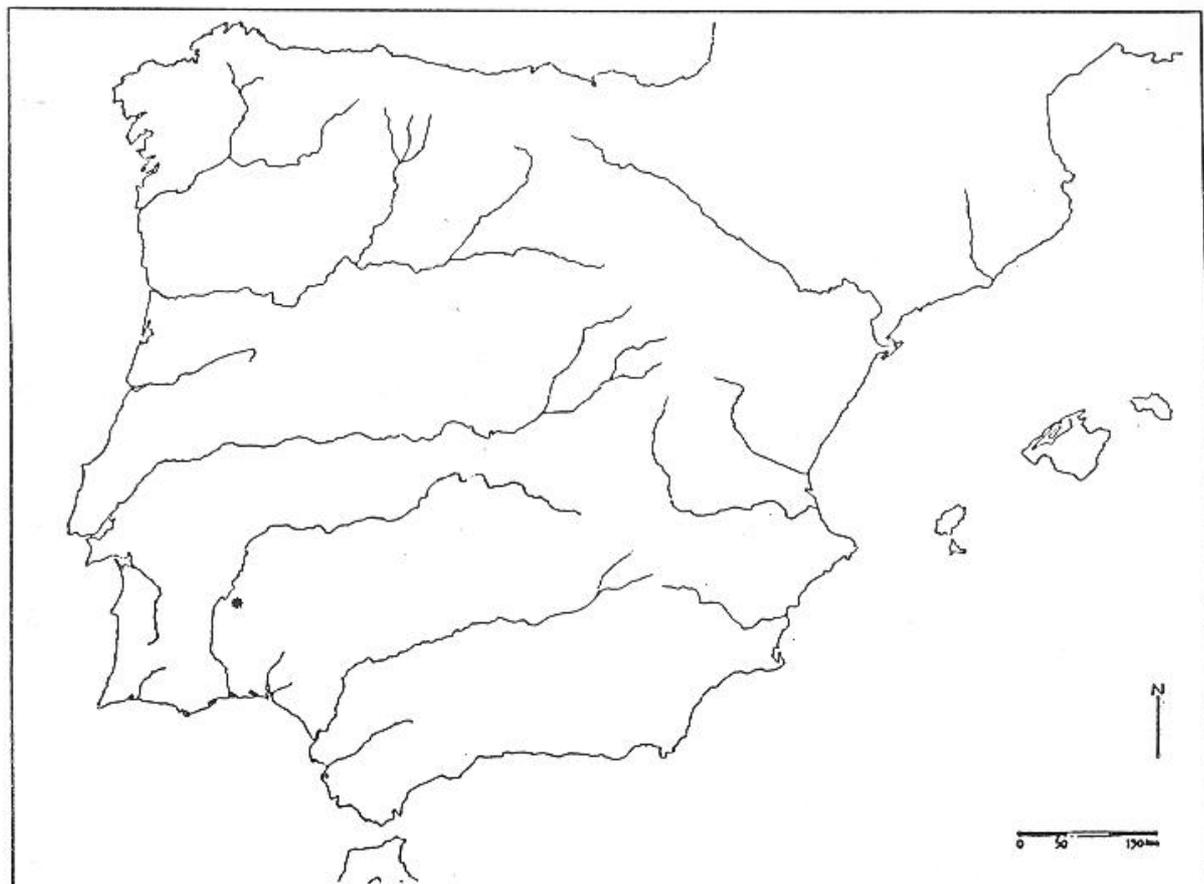


Fig. 1. *Localização de Moura na Península Ibérica.*

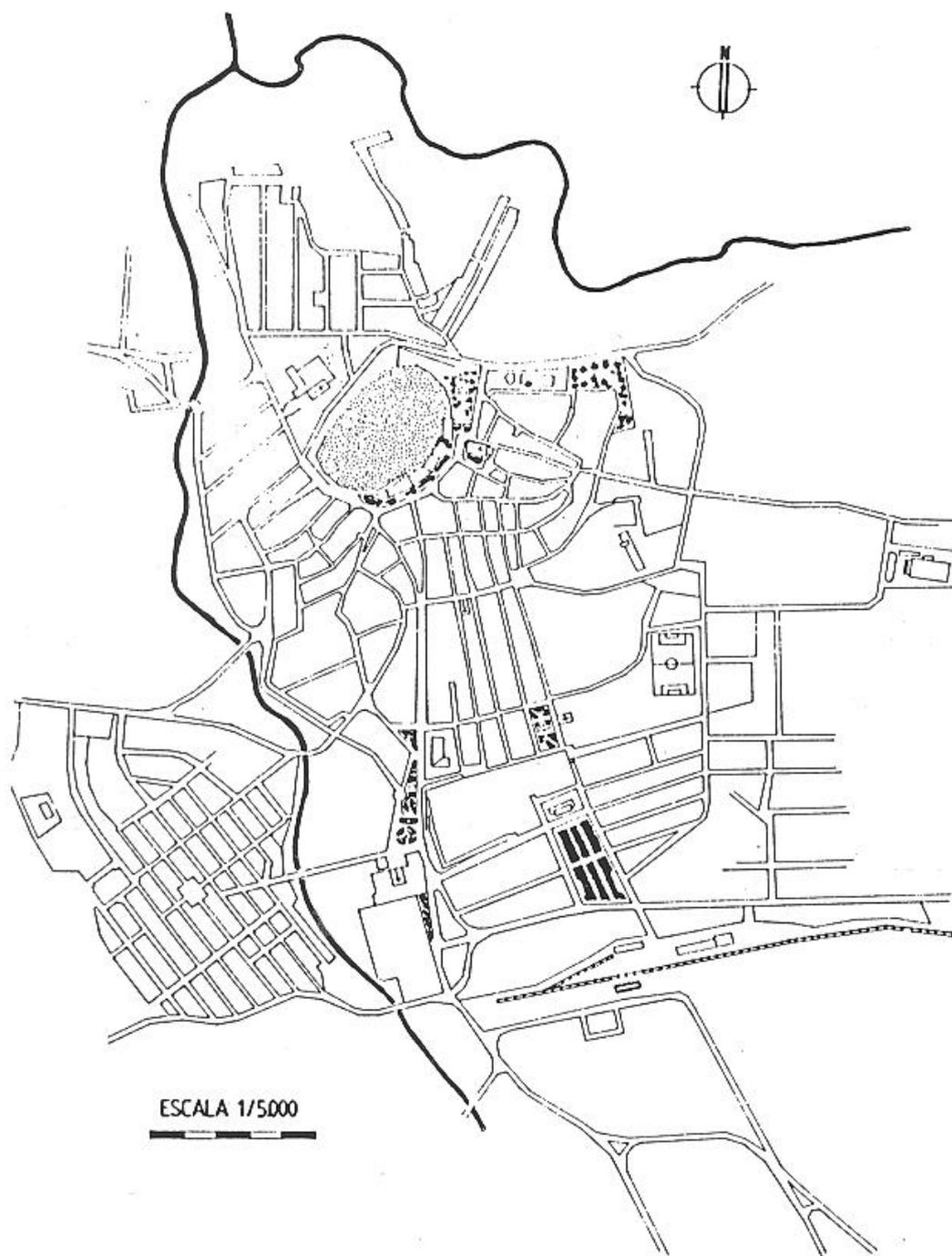


Fig. 2. Moura - a cidade e o castelo (área intra-muros a sombreado).

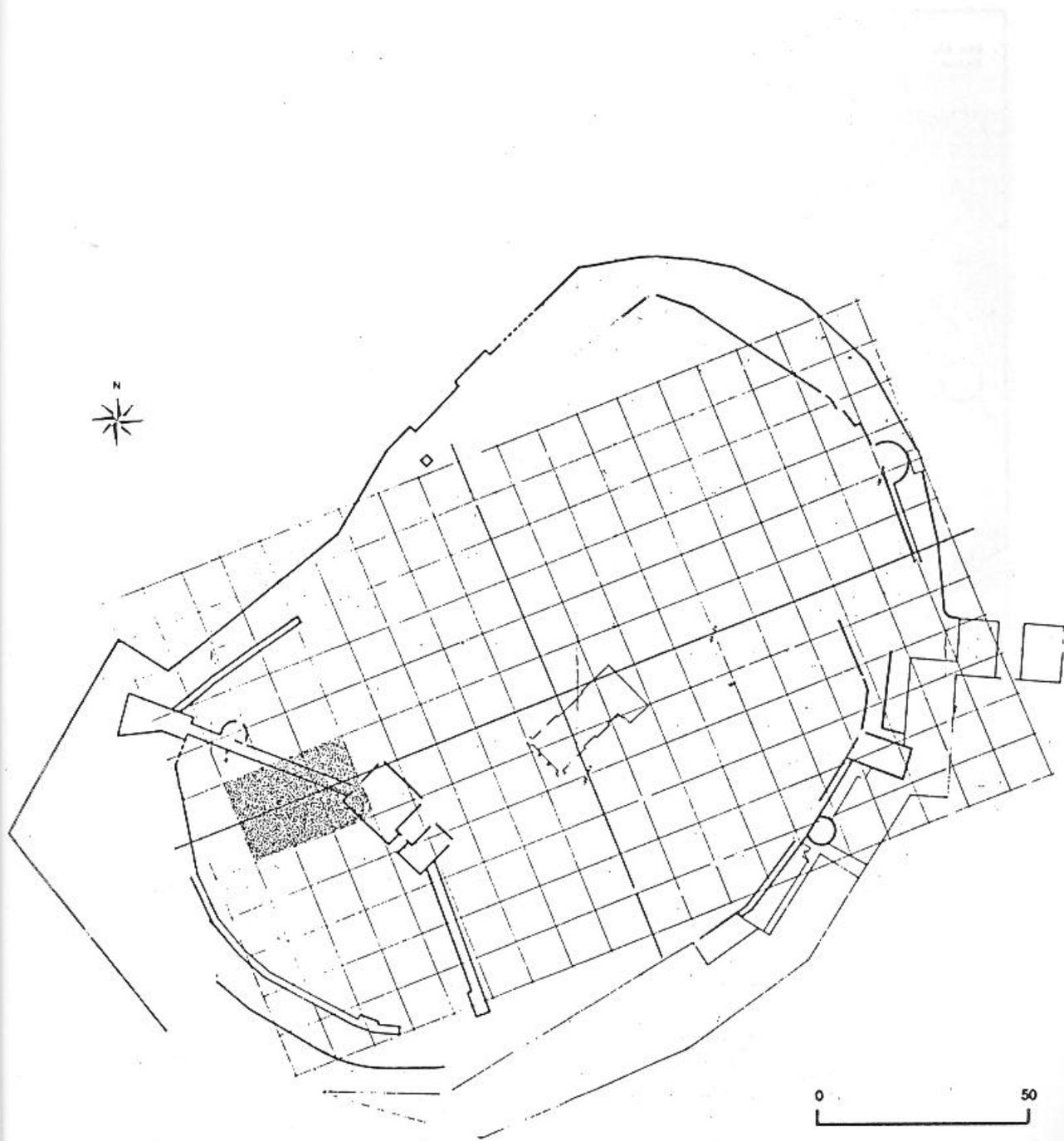


Fig. 3. Castelo de Moura (área da escavação a sombreado).

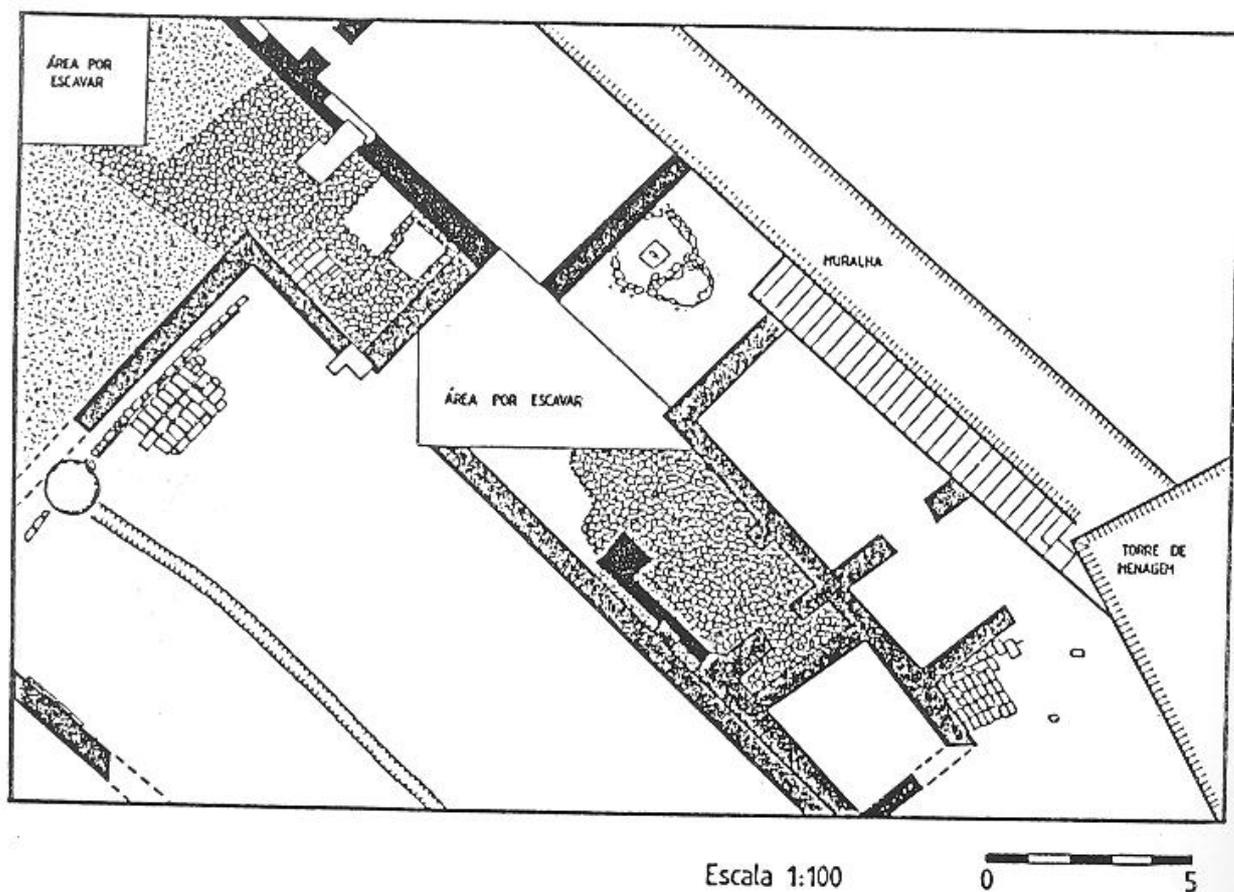


Fig. 4. Planta esquemática da escavação.

-  Estruturas - século XVI
-  Estruturas - séculos XVII/XVIII
-  Pequeno muro de função desconhecida
-  Níveis medievais
-  Pavimentos em tijoleira - séculos XVII/XVIII
-  Pavimentos empedrados - séculos XVII/XVIII
-  Soleira de porta - século XIX
-  Muro - proposta de reconstituição

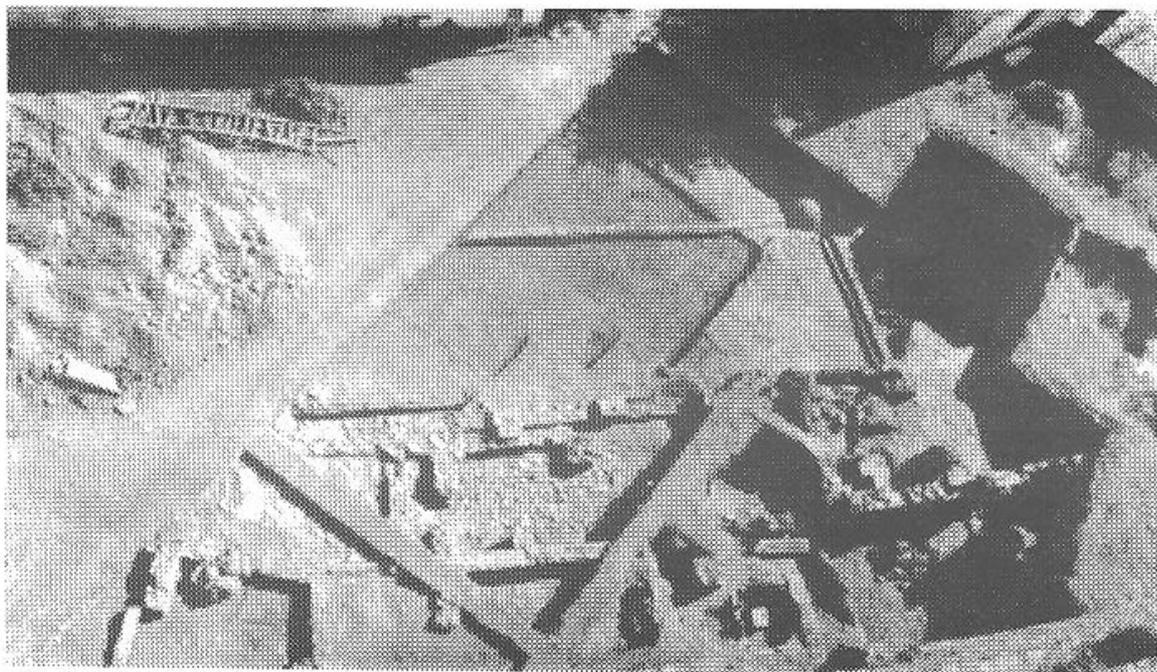


Fig. 5. *Vista geral da escavação.*

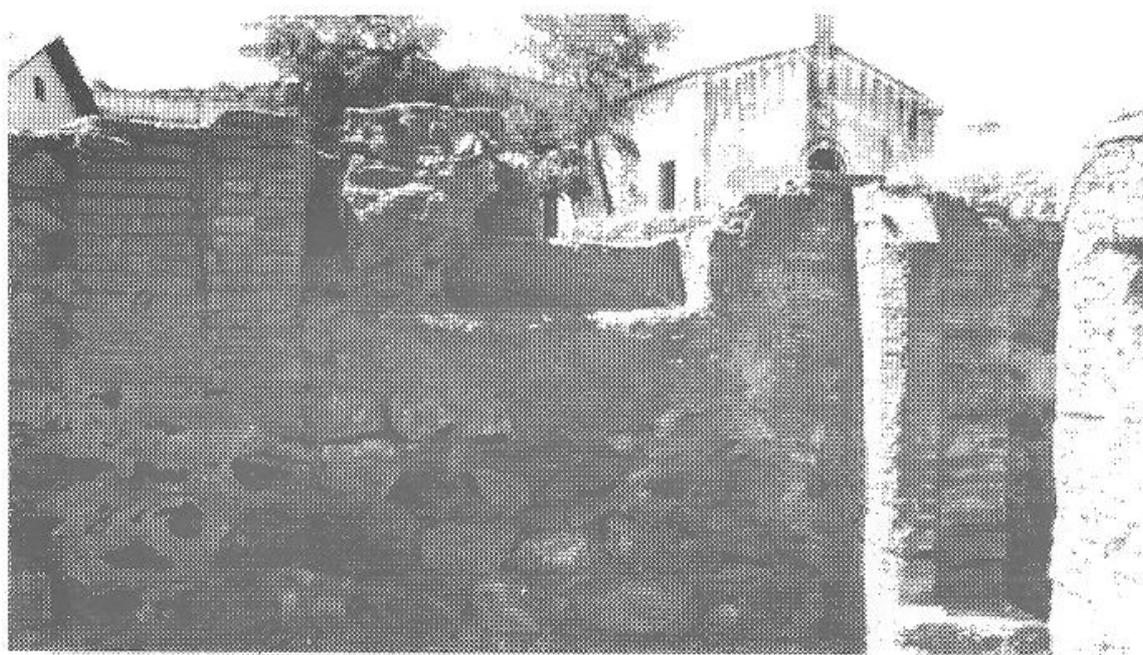
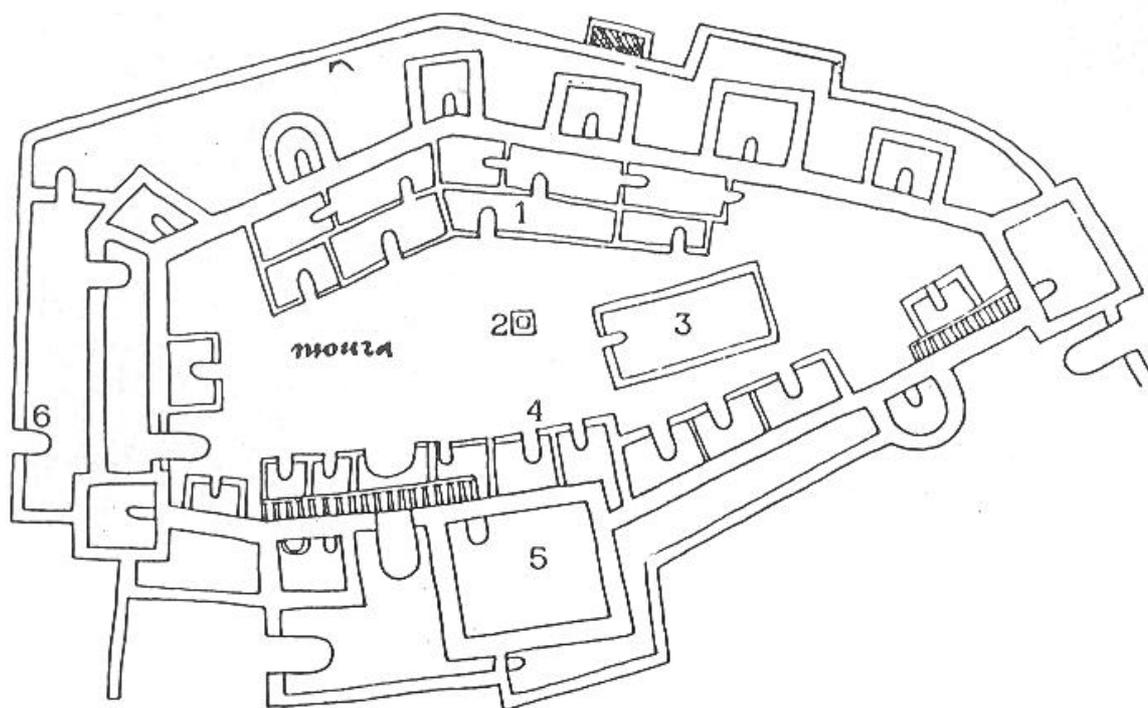


Fig. 6. *Estruturas quinhentistas da alcáçova do Castelo de Moura.*



- 1 - Este apousentamentos sam sobradados.
- 2 - Poço de muita auga e boca.
- 3 - Larangall.
- 4 - Estas casas sam sobradadas.
- 5 - Menagem.
- 6 - Porta falsa.

Fig. 7. Planta da alcáçova do Castelo de Moura - inícios do século XVI (desenho de Duarte Darmas). Fonte: Almeida, 1943.

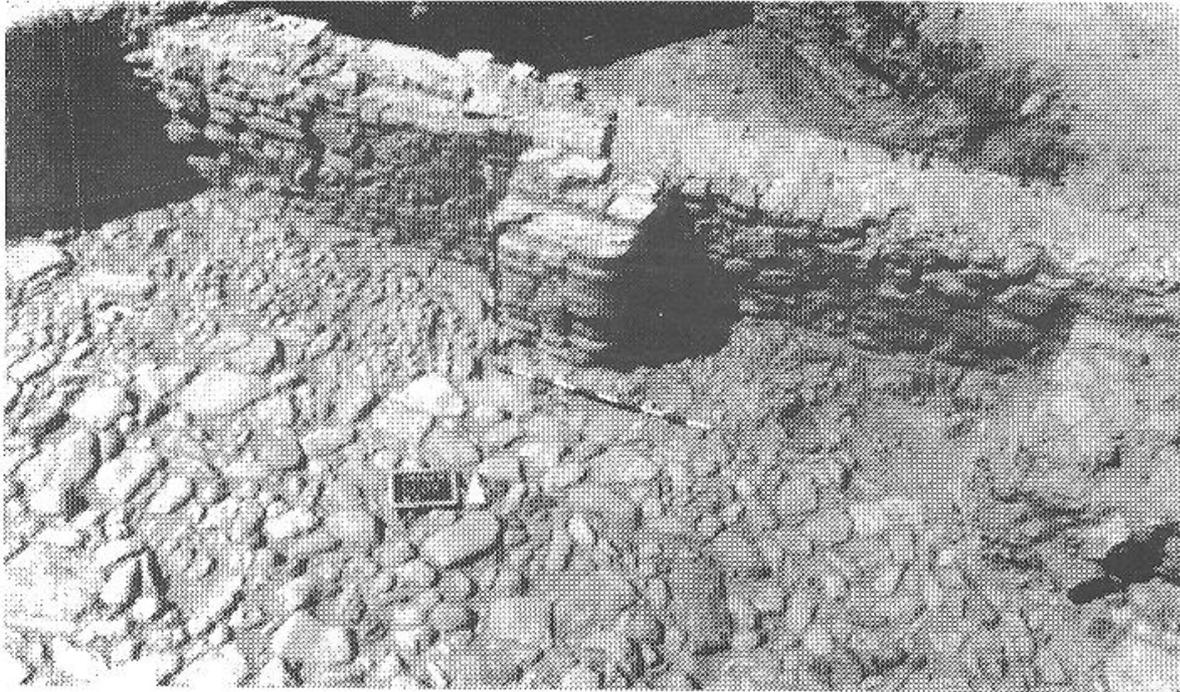


Fig. 8. *Pavimento empedrado - nível de ocupação dos séculos XVII/XVIII.*

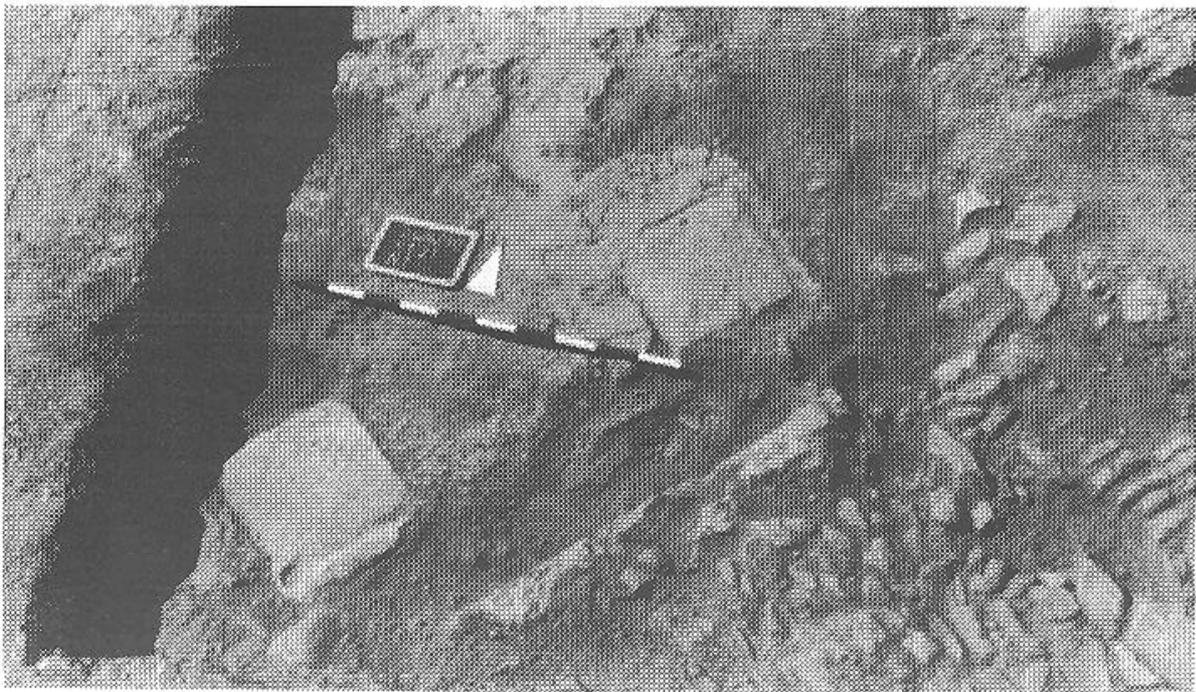


Fig. 9. *Soleira de porta oitocentista.*

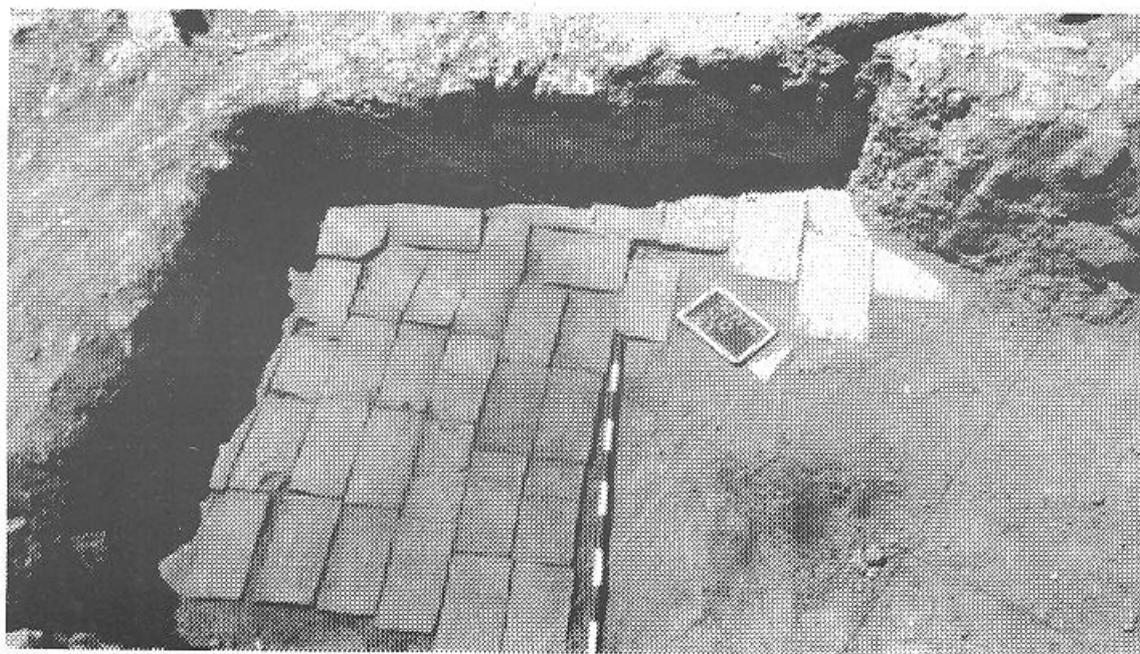


Fig. 10. *Lareira - séculos XVII/XVIII.*

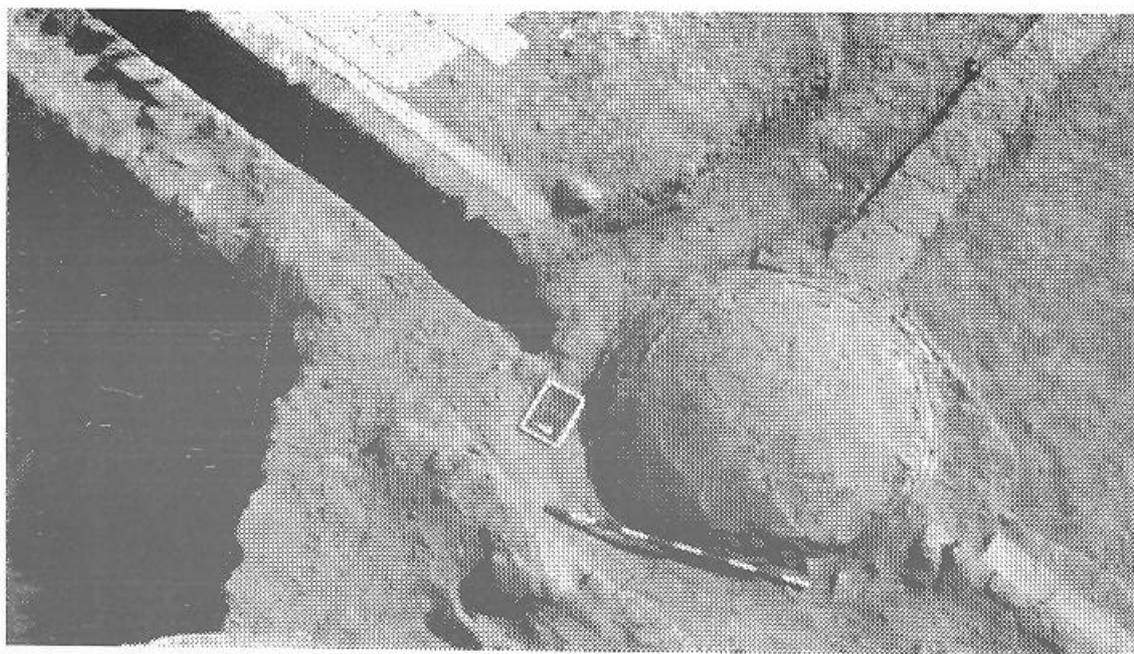


Fig. 11. *Cúpula semi-esférica (cisterna oitocentista).*

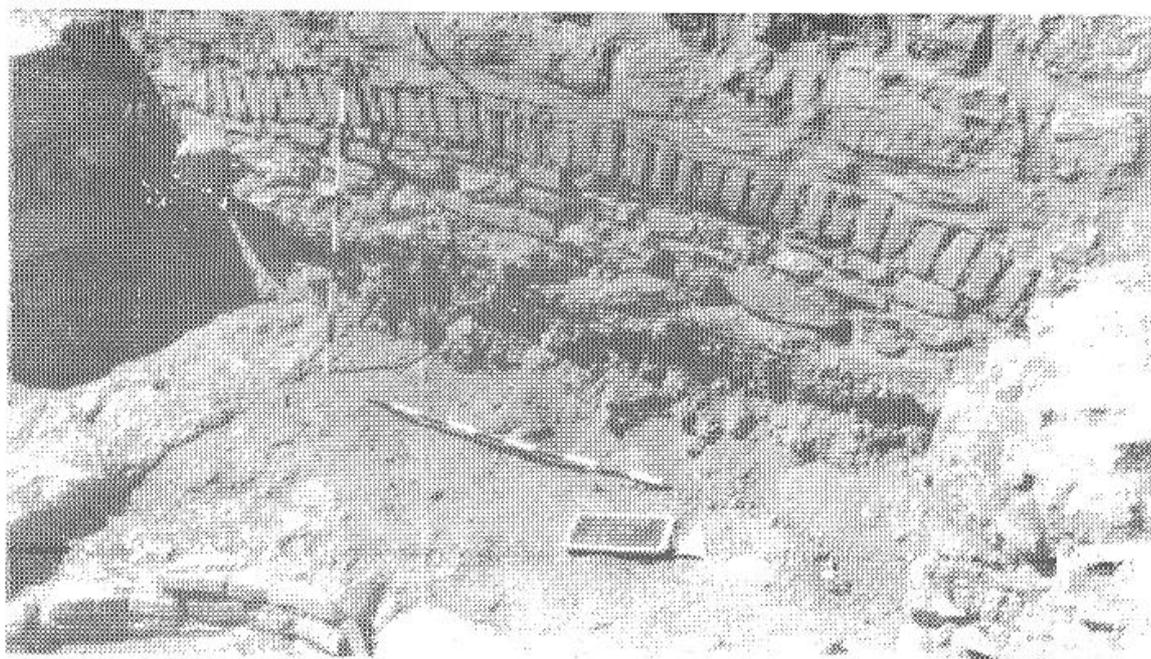


Fig. 12. *Muralha da alcáçova (pormenor).*



Fig. 13. *Muralha da alcáçova.*

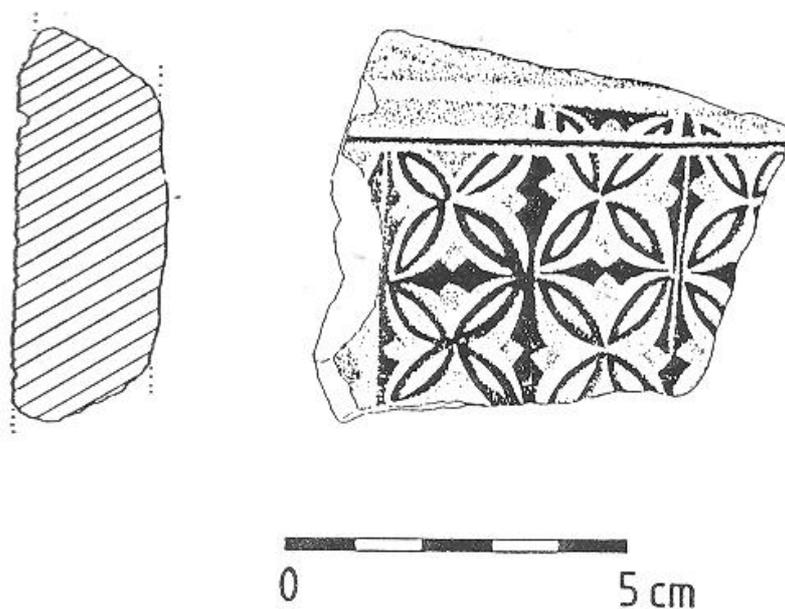


Fig. 14. Estampilhado islâmico - século XII.

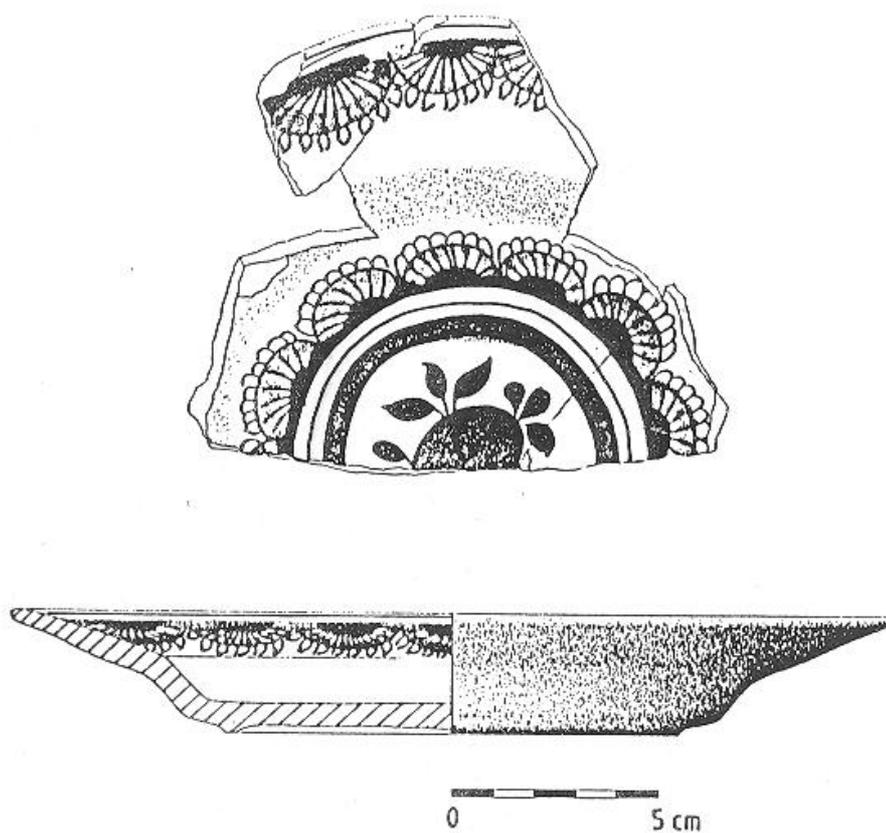


Fig. 15. Prato com decoração de "rendas" - séculos XVII/XVIII.

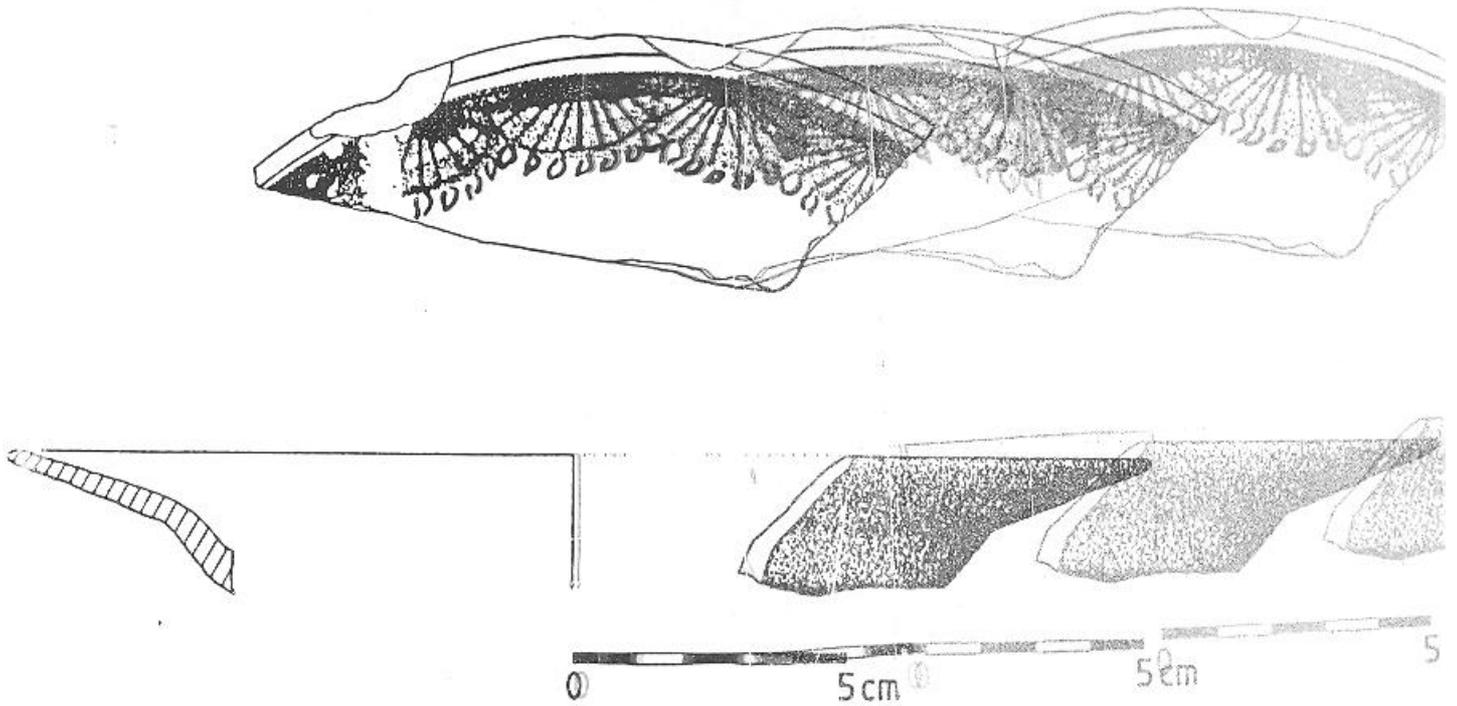


Fig. 16. Prato com decoração de "rendas" século XVII/XVIII.

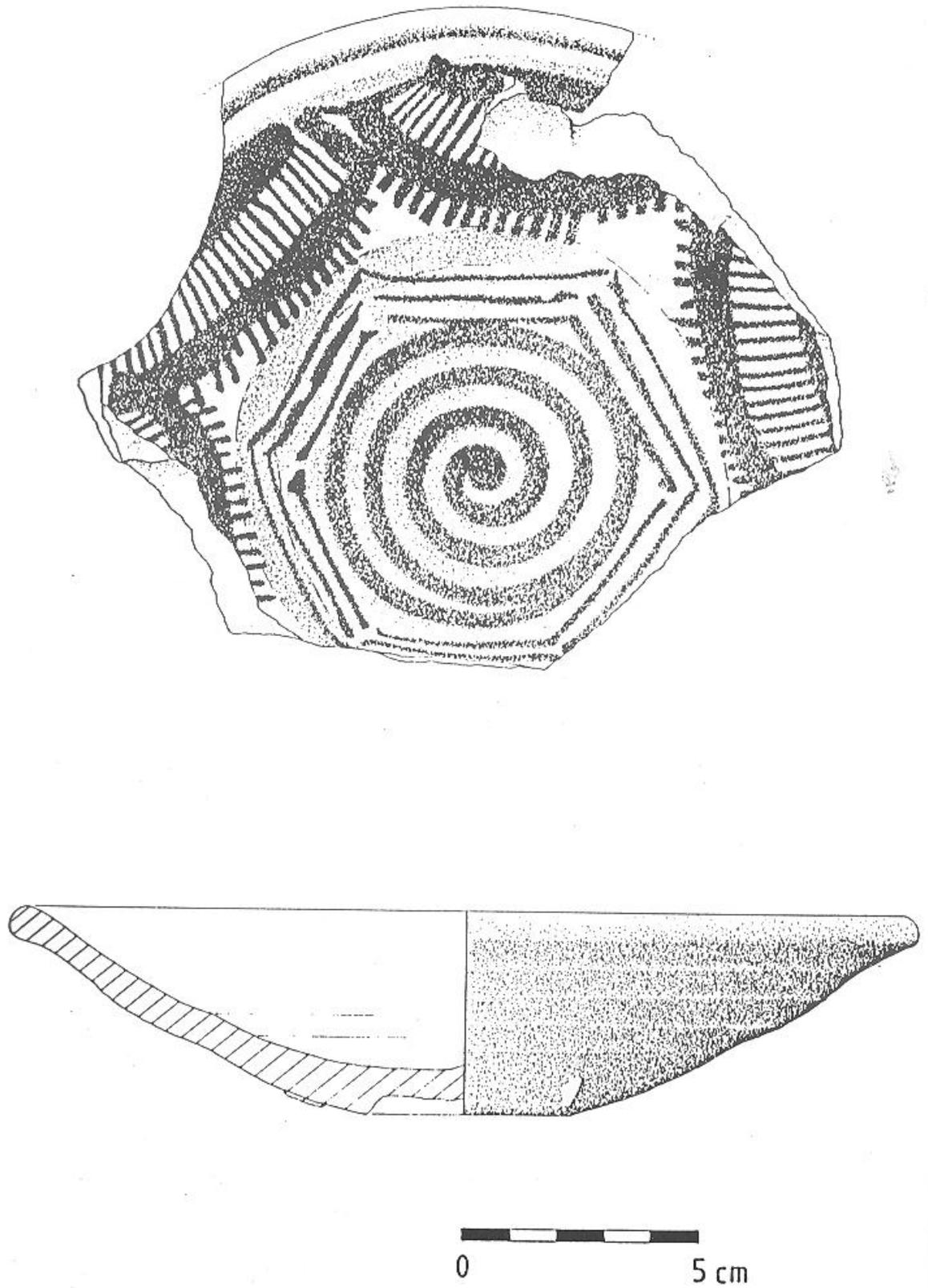


Fig. 17. Prato com decoração de "rendas" - séculos XVII|XVIII.

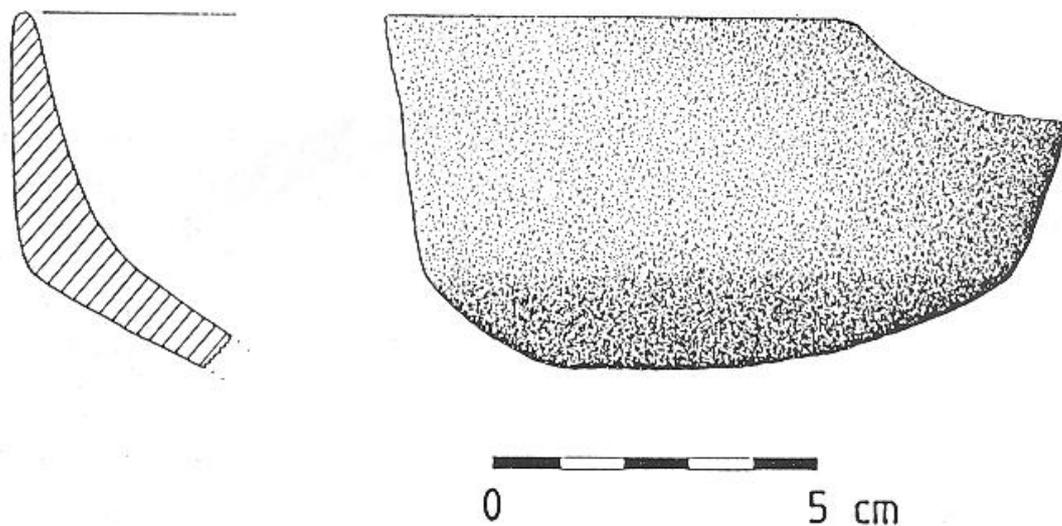


Fig. 21. Tigela - século XVI.

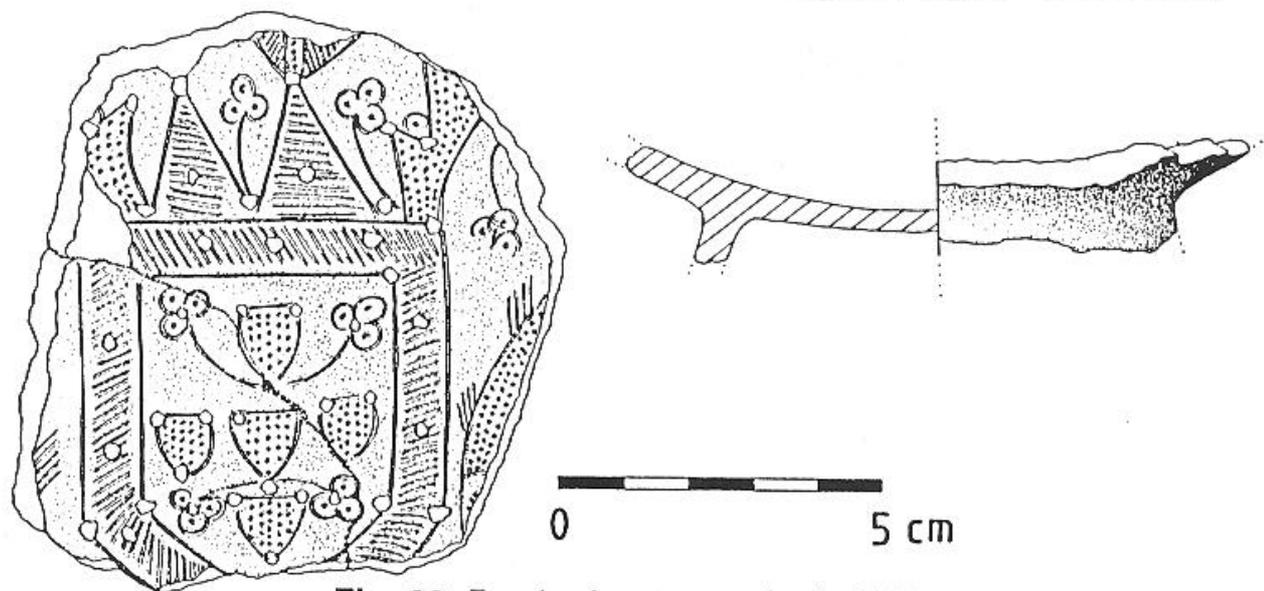


Fig. 22. Fundo de prato - século XVII.

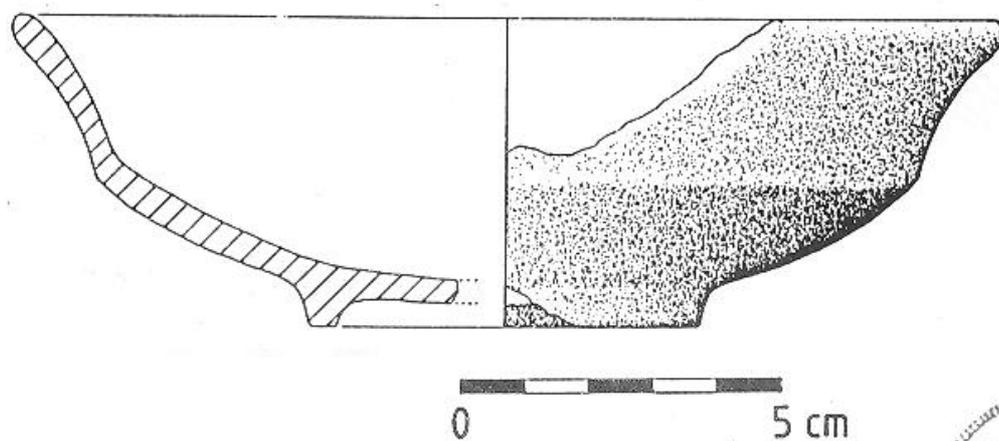


Fig. 23. Prato de perfil carenado - século XVIII.

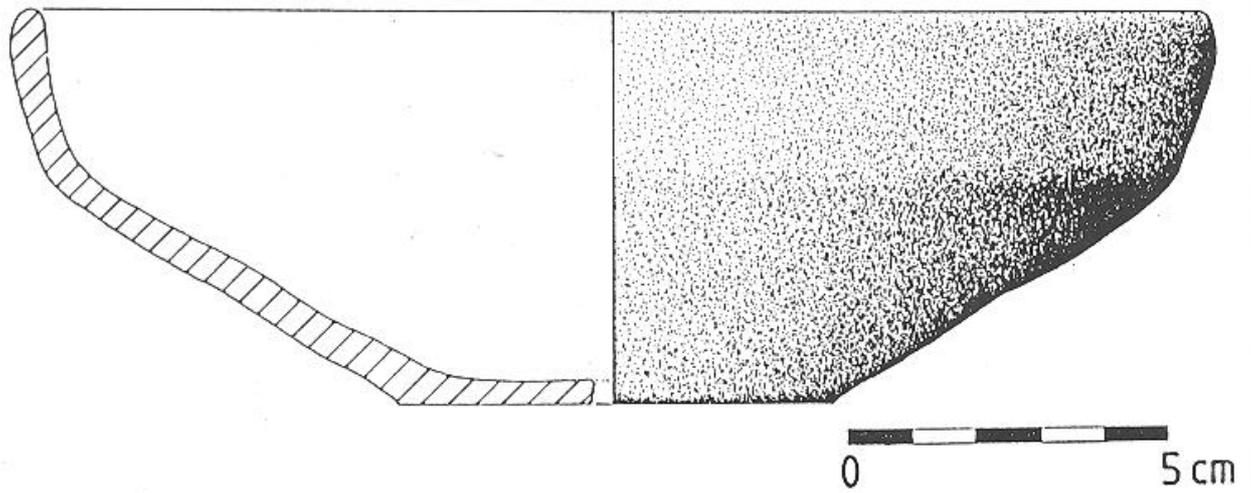


Fig. 24. Prato de perfil carenado - século XVIII.

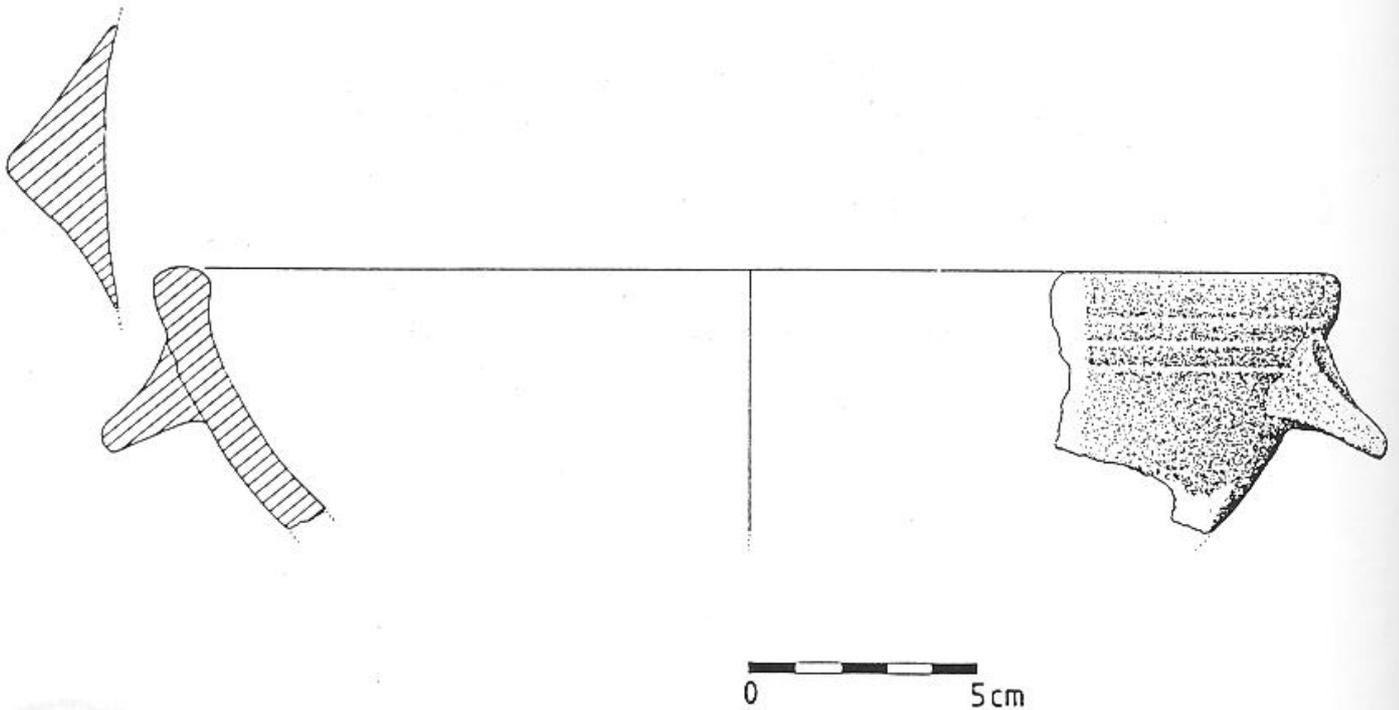


Fig. 25. Caçoila - século XVIII.

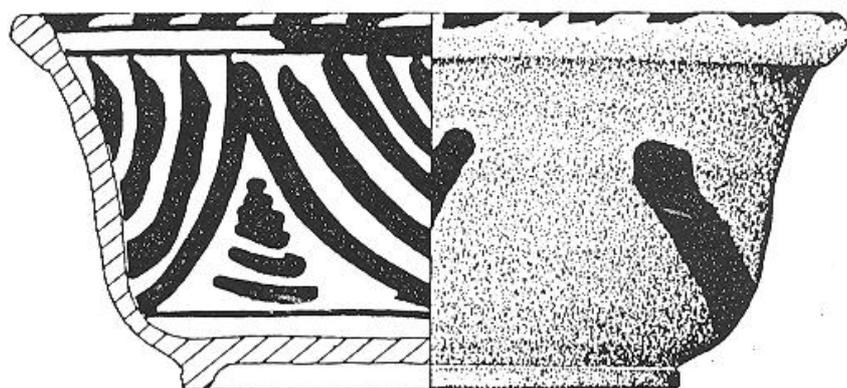


Fig. 18. *Tigela funda com pintura azul - séculos XVII|XVIII.*

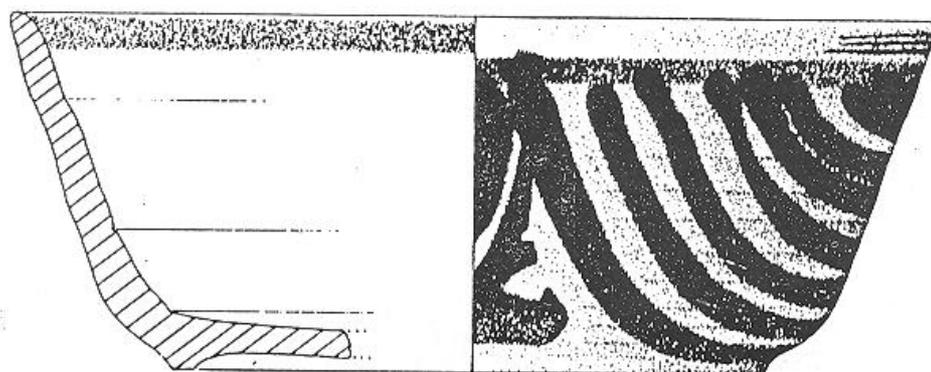


Fig. 19. Tigela funda com pintura azul séculos XVII/XVIII.

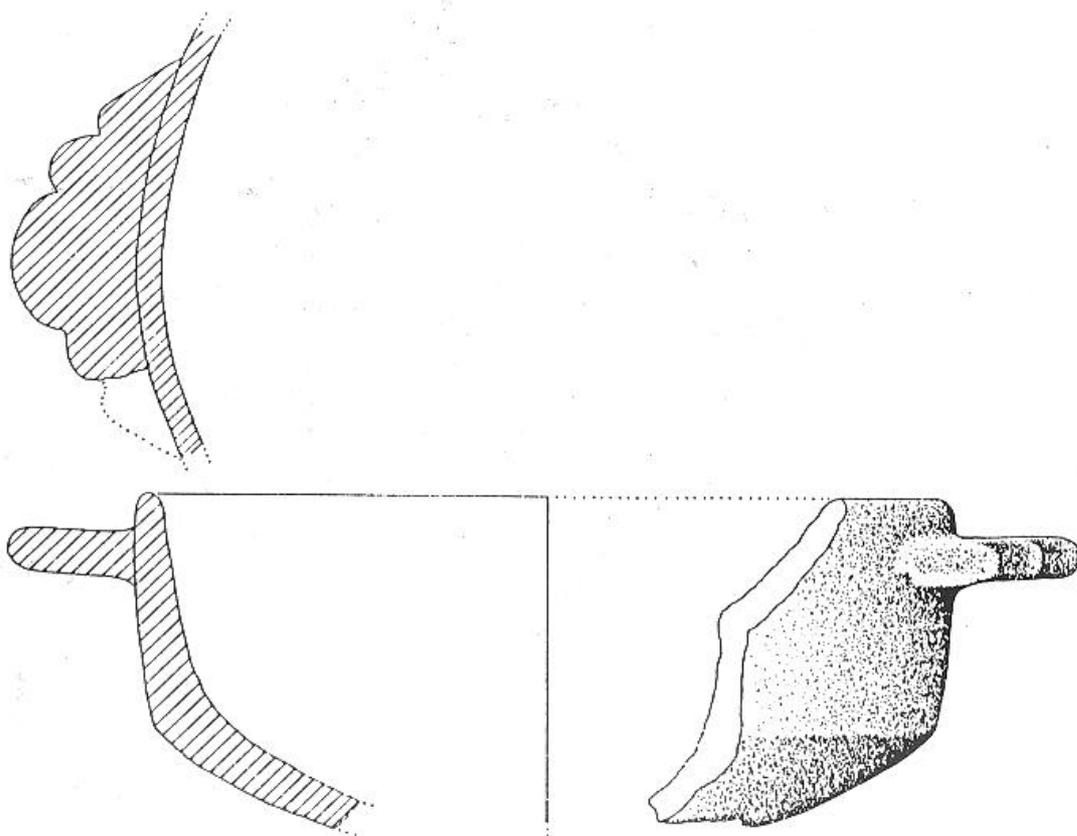


Fig. 20. Tigela - século XVI.

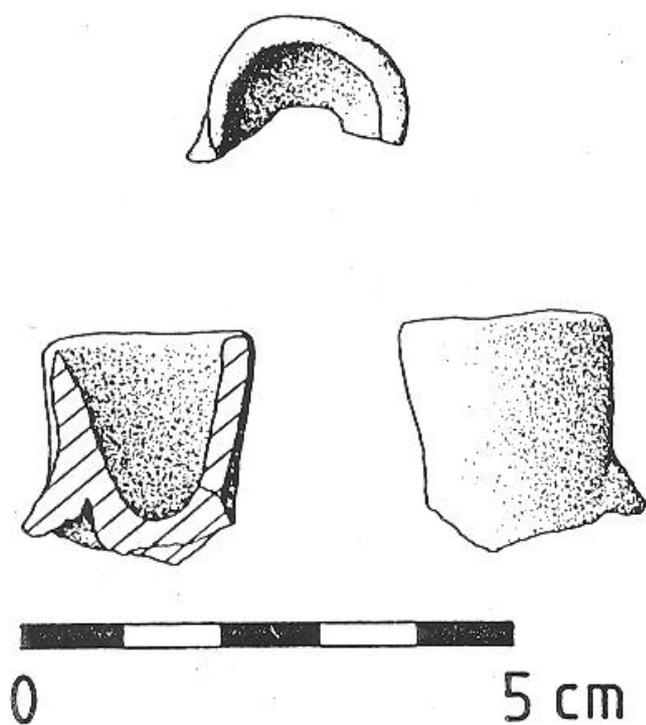


Fig. 26. Fornilho de cachimbo.

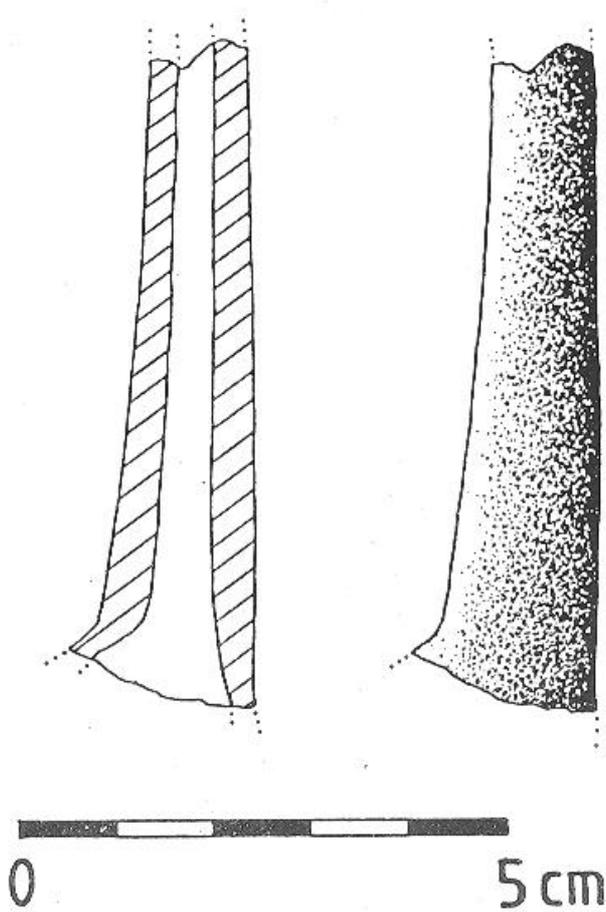


Fig. 27. Cachimbo (fragmento).